

Linda Externa Estadual

ADUBOS T

CONTAS PÚBLICAS

Tesouro espera que estados e municípios paguem US\$ 1,2 bilhão

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O Ministério da Economia, dando continuidade à política de ajuste das contas públicas, iniciou uma ação firme para receber os juros do estoque da dívida externa dos estados e municípios refinanciada, pelo Congresso Nacional, em dezembro de 1989. O Departamento do Tesouro Nacional está contando com US\$ 1,219 bilhão de pagamentos dos estados e municípios para poder refinarçar as parcelas de dívidas externas, que têm aval do Tesouro, com vencimentos previstos para este ano.

“O governo federal não quer um confronto com os estados e municípios, mas precisa receber os recursos previstos para este ano”, disse a este jornal o diretor do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães.

A ação do governo federal para motivar os estados a iniciar o pagamento apenas dos juros, de uma dívida de US\$ 11,2 bilhões que foi refinanciada pelo Poder Legislativo em dezembro de 1989, começou na quarta-feira na reunião do Confaz, quando o secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Geraldo Gardenalli, fez um apelo aos secretários de Fazenda dos estados.

O Departamento do Tesouro Nacional, na última sexta-feira, encaminhou ao Banco do Brasil os contratos para que os estados e municípios possam firmar um novo acordo como prevê a Lei 7.976 de refinanciamento do estoque total da dívida externa que foi



**Roberto Figueiredo
Guimarães**

“bancado” pelo Tesouro Nacional até 1989. Os contratos, seguindo a orientação da lei acima citada, prevêem um refinanciamento com prazo de 20 anos e cinco anos de carência através do Tesouro Nacional. Os juros, no entanto, que correspondem a 10% sobre o valor do principal, precisariam ser pagos a partir de janeiro deste ano.

O governo federal, além de fazer uma pressão direta para receber os recursos, vai seguir à risca o que determina a Resolução 96, do Senado Federal, onde são exigidas todas as garantias dos estados e municípios na assinatura dos contratos. O Ministério da Economia está sugerindo como garantia os recursos repassados através do Fundo de Participação e outros ativos reais.

“Se eles não firmarem os contratos ficarão inadimplentes no exterior, pois o Tesouro Nacional não terá como cobrir o aval dos fi-

nanciamentos que vencem este ano”, disse Roberto Guimarães.

A dívida dos estados e municípios no exterior, com aval do Tesouro Nacional, estimada para 1990 é de US\$ 2,3 bilhões. Inicialmente pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de julho de 1989, o governo federal assumia o compromisso de refinarçar com recursos do Tesouro até 75% deste tipo de dívida, a partir de um equilíbrio orçamentário sustentado pelo pagamento de 5% do principal (que é de US\$ 11,2 bilhões) e juros de 10% aplicados igualmente sobre o estoque de recursos. O poder legislativo desobrigou o pagamento do principal, em consequência houve um corte de recursos de refinanciamento.

O Departamento do Tesouro Nacional deverá dispor de US\$ 1,219 bilhão o que permitirá fazer uma rolagem da dívida externa dos estados e municípios de 53% no máximo. Assim, os estados e municípios terão que bancar US\$ 1,081 bilhão e o Tesouro Nacional vai entrar com US\$ 1,219 bilhão no refinanciamento das dívidas que estão vencendo neste ano.

O Ministério da Economia vai insistir em receber os recursos da rolagem do ano passado, tendo em vista a situação financeira positiva dos estados e municípios. O próprio Tesouro Nacional repassou aos estados e municípios, de recursos do Fundo de Participação, algo como Cr\$ 124 bilhões de janeiro a maio, que corrigidos representam um incremento real de 155% em

comparação com igual período de 1989. “É uma situação muito boa”, diz Roberto Guimarães.

As contas do governo federal também indicam isso. A execução do orçamento geral da União apontou para maio um novo superávit fiscal de Cr\$ 135 bilhões. Subtraindo deste resultado a utilização de Cr\$ 13 bilhões para amortizações de títulos públicos o governo obteve um superávit de Cr\$ 122 bilhões, o que implicou um impacto monetário contracionista da ordem de Cr\$ 146 bilhões.

Os estados e municípios por esta avaliação do Tesouro Nacional têm condições de começar a pagar suas dívidas para com o governo federal que envolve a seguinte situação até dezembro de 1989:

- O Estado de São Paulo tem uma dívida de US\$ 4,920 bilhões que foi refinanciada em 20 anos. Para este ano deveria estar pagando 10% deste valor, que corresponde a US\$ 492 milhões relativo ao fluxo de juros.

- O Rio de Janeiro com US\$ 1,9 bilhão é o segundo maior devedor junto ao Tesouro Nacional. Pela rolagem feita deveria estar pagando US\$ 192 milhões.

- O Rio Grande do Sul, igualmente, não vem pagando os juros de uma dívida de US\$ 925 milhões. Minas Gerais com estoque de dívida de US\$ 590 milhões, Paraná com US\$ 450 milhões, Bahia com US\$ 350 milhões e Goiás com US\$ 223 milhões, representam 84% dos principais estados que estão em atraso com o Tesouro Nacional.